

Sair à luta contra os PEC's

Construir um caminho alternativo

As primeiras fases do PEC já aí estão em aplicação. Mais impostos sobre os trabalhadores, salários sem actualizações, diminuição das prestações sociais de desemprego, retirada de apoios para os mais pobres, menos postos de trabalho e mais desemprego. As “oposições” foram muitas, muitos discursos de denúncia destas medidas e de como elas levam o povo à miséria. Na esquerda parlamentar e no movimento sindical muitas críticas e protestos, mas o governo avançou com estas medidas e não teve de enfrentar lutas combativas como temos visto na Grécia.

Quer no parlamento, quer no movimento sindical existe uma sensação de *déjà vu*, uma repetição do que se passou com o último Código do Trabalho, e mais uma repetição do que já se tinha passado com a Lei da Segurança Social que cortou muitos direitos aos trabalhadores e reduziu substancialmente as reformas futuras. Em todos estes ciclos de luta e contestação, os deputados do BE e do PCP discursam e votam contra as leis que sempre acabam por ser aprovadas, e a CGTP convoca uma grande manifestação nacional na qual muitas dezenas de milhares de trabalhadores e populares participam, em cifras que ultrapassam, em muito, os 100 mil manifestantes.

Contudo, a seguir a essas grandes mobilizações de rua, existe sempre um período de mais de um mês de interregno até ser convocada outra forma de luta, neste segundo momento sempre “descentralizada”, com greves muito parciais e algumas concentrações e manifestações dispersas pelas capitais de distrito. Geralmente, estas manifestações dispersas são em fim de Junho ou início de Julho, em vésperas do período de férias de Verão. Os planos de resistência que têm sido aplicados não têm sido verdadeiros planos de luta, e os trabalhadores vão para férias com a sensação de que lutaram muito, mas nada conseguiram.

A repetição cíclica desta desmobilização vai criando cada vez mais problemas para se poder avançar para lutas mais fortes e coordenadas a nível nacional. Contudo, a brutalidade da ofensiva contra os trabalhadores obriga-nos à resistência e continua a permitir oportunidades de inverter o ciclo de derrotas. A actual situação europeia, com a classe trabalhadora em luta em vários países e enfrentando os ataques dos seus governos em consonância com a União Europeia possibilita um caminho alternativo.

Começa a ser visível para muitos milhões de trabalhadores europeus que a actual União Europeia está construída para servir os grandes capitalistas, e o euro para servir a circulação das mercadorias destas multinacionais. Os actuais pacotes de medidas contra os trabalhadores e os povos europeus são feitos para benefício dos banqueiros e grande patronato e não para “salvar os serviços públicos no futuro”. Para combatermos o desemprego e recuperarmos o salário e os direitos laborais temos de combater os governos de plantão e a actual União Europeia e não nos sujeitarmos às políticas emanadas de Bruxelas e do Banco Central Europeu.

Para dia 29 de Setembro, a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) anunciou um dia de protesto europeu. No Estado Espanhol, duas centrais sindicais (as CCOO e a UGT), que até agora se tinham recusado a convocar uma greve geral, anunciaram que iriam convocá-la para esse dia. Em Portugal, ainda é tempo para que o movimento sindical possa recuperar e, para isso, a CGTP deveria convocar e preparar desde já uma Greve Geral contra esta política dos PEC's e para impedir que mais medidas antitrabalhadores venham a ser aplicadas. Este teria de ser um novo ponto de partida para que os trabalhadores e o movimento sindical discutissem um plano de luta e mobilização, assente na participação dos trabalhadores em plenários de empresa e sectores, para dar continuidade e reforçar a luta até à derrota dos planos do governo PS e do seu aliado PSD.

ENTREVISTA ■

“Não somos mercadorias”



Entrevista de A. Paula Amaral

Shiori Matsumuro, de 24 anos, dirigente do Zengakuren (Movimento dos Estudantes Japoneses, NdR), era estudante de História da Ásia na Universidade Keio, em Tóquio, até ser presa pela polícia e expulsa da universidade por participar em protestos públicos contra a suspensão de estudantes da Universidade de Hosei. Entrevistámos Shiori em Santos, no Brasil, onde participou do Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat), em Junho, em conjunto com uma delegação de sindicalistas japoneses.

Começo por te perguntar o óbvio: como se explica que no “democrático” Japão estudantes sejam presos por participarem em protestos?

A lei japonesa permite a liberdade de expressão, mas nos campus universitários as administrações são soberanas. Tem havido várias detenções de estudantes desde que, em Março de 2006, a administração da Universidade de Hosei (UH) anunciou unilateralmente a proibição de distribuição de “flyers” pelos estudantes. Os cartazes dos estudantes foram então postos sob controlo da administração e, finalmente, removidos do campus. Tudo em nome do “direito ao negócio”, ou seja, com o argumento de que a imagem da universidade era prejudicada quando os visitantes lá se deslocavam! Isto foi invocado abertamente pela administração em tribunal, que lhe deu razão. O acórdão do tribunal diz que a distribuição de propaganda no campus prejudica o “direito ao negócio”...

Que fizeram os estudantes da UH nessa altura?

Os colegas iniciaram imediatamente um protesto no local e a administração chamou a polícia, que deteve 29 estudantes. Cinco destes foram suspensos ou expulsos da universidade. Foi o início dum processo de repressão que, desde então, já prendeu 118 estudantes, de diversas universidades.

Quer dizer que tem havido solidarie-

dade dos estudantes das outras universidades?

Continuamente. Desde 2006 que o Zengakuren participa e apela à luta para exigir a retirada dos castigos aos estudantes da UH e o fim da repressão nas universidades. Ao mesmo tempo, lutamos contra as tentativas das administrações abolirem as associações autónomas dos estudantes e os seus dormitórios, e contra a transformação das universidades em Entidades Legais Administrativas Independentes – uma espécie de “autonomia” das universidades que significa de facto a sua privatização.

Quando e por que foste detida?

Em Maio de 2008, participava, no campus da UH, numa acção contra a suspensão de um aluno que escrevera um artigo no jornal criticando a administração. Estávamos cerca de 70 estudantes no campus da UH e 50 trabalhadores do lado de fora dos portões. Mais uma vez a administração chamou a polícia. Os estudantes enfrentaram o assalto da polícia de braços unidos e assim se mantiveram até que a última prisão foi efectuada. Fomos presos 33, dos quais 14, entre os quais eu, foram posteriormente indiciados e detidos durante sete meses.

Que aconteceu na prisão?

Éramos constantemente interrogados, os polícias gritavam connosco e telefonavam aos nossos pais para nos pressionarem. Decidimos não responder a nada e mantermo-nos em silêncio, o que conseguimos. Não foram capazes de nos derrotar. Cá fora começou imediatamente uma campanha de solidariedade, com um abaixo-assinado para a nossa libertação. Mas o governo não fez absolutamente nada...

Estiveste presa sem julgamento?

Sim, de Maio a Outubro de 2008. Neste mês fui julgada e o juiz confirmou a minha detenção. Fui libertada na véspera do Natal.

Tem sido uma luta muito prolongada... Como vês a sua continuação?

A nossa unidade e força estão a expandir-se. Constantemente os estudantes lutam contra as administrações das universidades e as tentativas de privatização. São cada vez mais aqueles que estão revoltados contra o neoliberalismo e que não querem ser tratados como mercadorias ao serviço dos interesses dos negócios!

RUPTURA ■

Órgão oficial do Ruptura/FER
www.rupturafer.org
Secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores
LIT (IV Internacional) www.litci.org
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Almada

Proprietário: Gil Garcia
Director: João Pascoal
Editora: Cristina Portella
Projecto Gráfico: Nádia Martins
Capa: Diogo Bento
Contacto: jornal@rupturafer.org
Nº ICS: 124814
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número: A. P. Amaral, António Louçã, André Traça, C.K., Eduardo Velosa, J.A. Dias, João Marques Lopes, Lina Pereira, Manuel Neves.

Acima de tudo, um escritor original!

Entre o fim dos anos 60 e o início dos anos 70, Saramago escreveu largas dezenas de crónicas para o diário *A Capital* e para o semanário *Jornal do Fundão*. Em algumas, como “Retrato de Antepassados”, “Molière e a Toutinegra” ou “Carta para Josefa, minha avó”, incidia particularmente na memória da genealogia e da infância. O bisavô berbere que carregava a mancha de um crime de sangue. O avô posto na roda da Misericórdia e guardador de porcos, mas que casara com a rapariga mais bela da aldeia. A casa de terra batida dos avós maternos, camponeses humildes e analfabetos numa aldeia perdida no meio do Ribatejo. A água-furtada de um sexto andar lisboeta onde vivia com os pais e havia apenas dois livros, um guia de conversação de português-francês e a *Toutinegra do Moinho*, de Émile de Richebourg, ambos pertencentes a outrem. Tudo isso era então tornado público por José Saramago e serve hoje de fonte incontornável para situar a sua entrada na vida entre os desfavorecidos da sociedade portuguesa. Daí virá provavelmente o “comunismo hormonal” reivindicado pelo próprio Saramago.

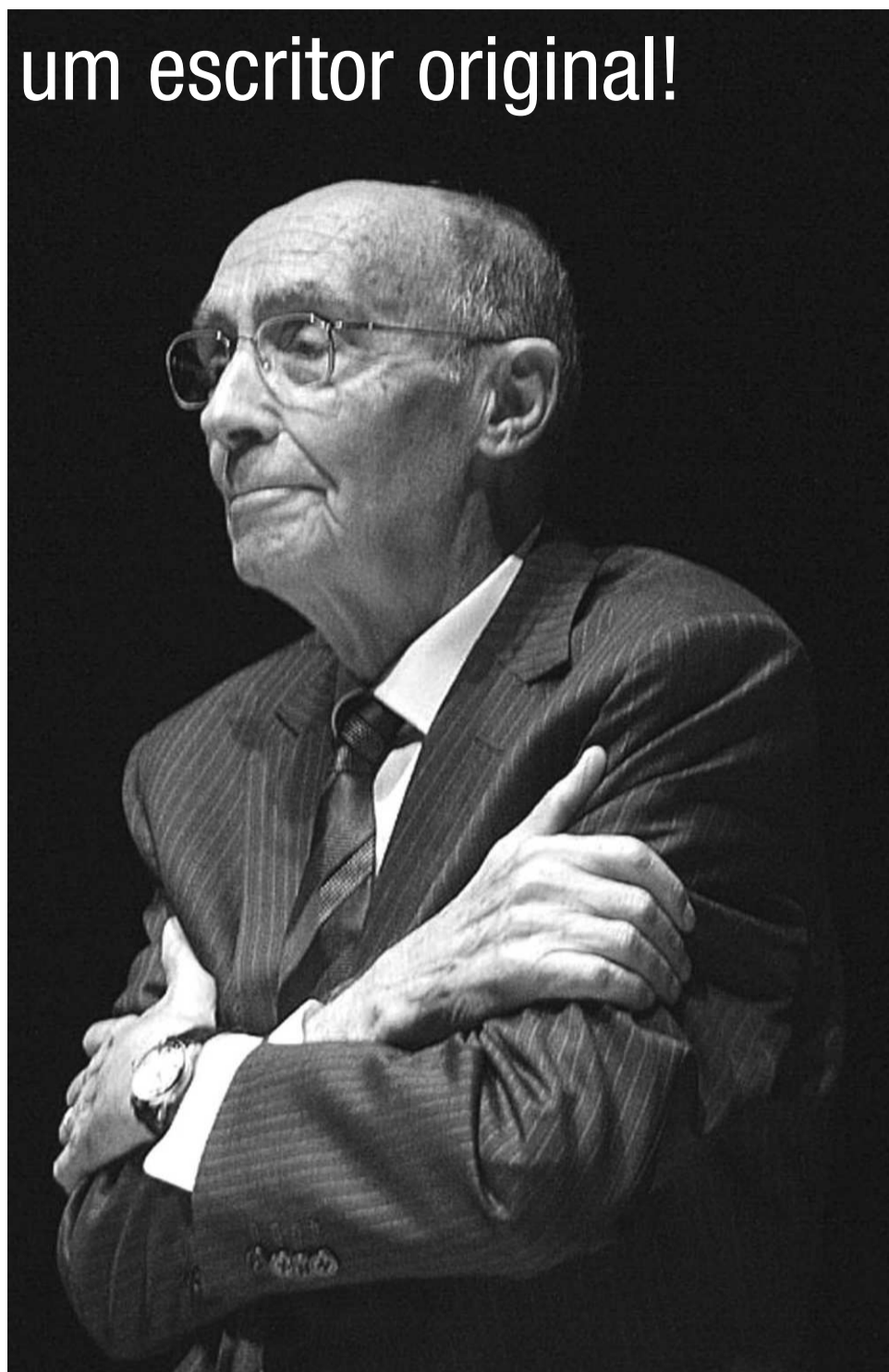
E isso talvez não tenha sido também alheio aos três aspectos essenciais da obra saramaguiana. O primeiro constitui a marca distintiva do escritor no campo literário internacional e tem a ver com uma original oralização da escrita, onde o narrador actuava como se estivesse de viva voz numa roda de comparsas, desrespeitava ostensivamente as regras sintácticas e a pontuação, espraiava-se em longuíssimos períodos sem pontos finais onde barrocamente comentava, intercalava e repetia situações, falas e personagens. *Levantado do Chão* (1980) marcou o início de tal oralização da escrita e não foi acaso nenhum o fato de o mesmo ter parcialmente decorrido do convívio directo com os trabalhadores rurais alentejanos e as suas estórias.

O segundo reporta-se a uma inesperada versão ao revés da historiografia oficial dos poderosos, dos feitos militares e das relações político-diplomáticas, incorporando as lições da nouvelle histoire e tendo um laivo marxista nos seus anti-heróis do povo miúdo. *Memorial do Convento* (1982) foi o grande exemplo desta reconstrução do discurso histórico. *O evangelho segundo Jesus Cristo* (1991) também pode ser aqui situado na medida em que humanizou Cristo e afrontou as versões consagradas pela Igreja, o que valeu ao escritor a descriminação estatal do governo de Cavaco Silva. O terceiro relacionou-se com a capacidade para reconfigurar alegórica e elipticamente um mundo votado à irracionalidade do neoliberalismo, da guerra infinita e do “pensamento único”. *Ensaio sobre a cegueira* (1995) terá sido a sua melhor concretização.

O reconhecimento internacional de Saramago adveio principalmente destas raízes literárias mais ou menos originais, salientando-se muito provavelmente a inusitada prosódia ficcional de que dotou os seus romances e que ninguém antes praticara deste modo.

Saramago e o PCP

Difícilmente haverá escritores de relevo que se deixem disciplinar ferreamente a ideologias, regimes e partidos. A sua actividade criadora comporta basicamente transfiguração, imaginação e ruptura. E isso transporta-se também para a sua intervenção cívica e mundivisão. Fernando Pessoa era um homem da direita



autoritária e apoiou inequivocamente a ascensão fascista ao poder, mas nunca alinhou pelo proteccionismo económico, pelo conservadorismo moral e pelo catolicismo. Para o fim da vida, chegou mesmo a fricções com Salazar e o Estado Novo no quadro de um certo individualismo refractário à estabilização de certos aspectos do regime. Gorki era uma espécie de porta-voz artístico do proletariado revolucionário, mas teve vários atritos com os bolcheviques e a versão que defendia do “realismo socialista” não veiculava nenhuma arte estatal a castrar a liberdade criadora. Obviamente, Saramago também não se poderia deixar reduzir a uma figura descaracterizada e reprodutora do discurso e das práticas de outrem.

Portanto, a sua relação com o PCP nunca poderia ser o lugar de uma ortodoxia acomodada ou de uma subordinação anódina ao aparelho. Daí a marginalização que sofreu na ressaca dos acontecimentos no *DN* em 1975, onde actuou de acordo com as suas convicções próprias bem mais próximas da linha gonçalvista de aparente tomada do poder rumo ao socialismo do que da concepção etapista da “revolução democrática e nacional” então defendida por Álvaro Cunhal e pela direcção do PCP, e suspendeu mesmo os contactos partidários para preservar tanto quanto possível a autonomia do jornal.

Daí a convivência com a orientação crítica do chamado grupo da “Terceira Via” para a obtenção de democracia interna e a experiência fracassada como presidente

da Assembleia Municipal de Lisboa. Daí a persistência de atritos e desacordos vários, avultando entre eles a demarcação face aos processos jurídicos pouco claros que o regime castrista utilizou para fuzilar três pessoas e prender dezenas de dissidentes em 2003. Contudo, é importante ressaltar que se tratou sempre de diferenças no marco de uma unidade global e que o escritor nunca se decidiu a jogar a função de um quadro de direcção. Em rigor, a consagração literária e o amor às letras terão levado a que durante a maior parte do tempo ele fosse mais um observador político atento do que propriamente um militante partidário consequentemente empenhado nas alterações consideradas pertinentes.

Em toda a sua trajectória de militante do PCP transpareceu a marca da unidade e da diferença, da continuidade e da mudança, da aversão aos trãnsfugas de direita e da indisponibilidade para os fenómenos de recomposição anticapitalista à esquerda dos antigos partidos comunistas. Certamente, estes reagrupamentos são os mais interessantes para pensar e fazer um outro Mundo para lá do capitalismo, em nada invalidados por se desenvolverem por fora dos partidos comunistas, social-democratas ou trabalhistas tradicionais e ganhando mesmo uma dinâmica apreciável a expensas da sua base social de apoio. Na sua idiossincrasia e coerência, concorde-se ou não, esta foi a opção de Saramago e merece todo o respeito!

A posição face à realidade política contemporânea

Na luta dos povos para impedir a agressão militar dos EUA ao Iraque em 2003 esteve correctamente em sintonia com o sentimento generalizado de repúdio a Bush, Blair, Aznar, Berlusconi e Durão Barroso. Na sua coerência de homem da esquerda anticapitalista que não abandonou as convicções quando muitos debandaram após os acontecimentos de Leste em 1989-1991, permaneceu tranquilamente no quadro de uma minoria para a qual o abandono da tradição marxista e do referencial da Revolução Russa de 1917 assume foros de capitulação à ordem reinante.

Na denúncia do esgotamento dos mecanismos de legitimação dos governos recorrentemente sequestrados pelo poder financeiro concentrado, na aprendizagem do direito inalienável do pluralismo e na proposta de substancialização socioeconómica dos formalismos legais, Saramago assumiu corajosamente o distanciamento da democracia burguesa. Na oposição a alguns actos repressivo do regime cubano, ganhou legitimidade acrescida na reinvenção de uma democracia basista e substancial para lá da plutocracia ocidental e de todas as ditaduras. Na defesa do povo palestino contra a ocupação sionista e planos de paz que apenas consagram o lugar de Israel enquanto vigia do imperialismo para todo o Médio Oriente, ousou uma dissidência bem minoritária na opinião pública ocidental.

Obviamente, o Saramago polémico, avesso ao consenso maioritário e criativo que está em liça em algumas destas tomadas de posição nem sempre se manifestou. Por vezes, o escritor até assumiu posições pouco compreensíveis à luz dos marxismos em que se inscreve a sua mundivisão. Por exemplo, no patrocínio do balanço positivo dos exercícios presidenciais de Mário Soares, no apoio ao PS de António Costa nas últimas eleições municipais em Lisboa, no alinhamento ao lado de Zapatero e do PSOE em Espanha ou na tendência a uma certa visão idealista da problemática das nacionalidades no interior do Estado Espanhol. Por mais respeitáveis que sejam certas razões de política conjuntural ou certos laços pessoais, não eram posições propriamente muito aceitáveis para a esquerda transformadora e combativa que resiste ao rotativismo ao centro.

Porém, o mais importante é salientar que Saramago fica para a posteridade essencialmente devido a razões literárias de renovação do género romanesco via um inusitado estilo de oralização da escrita, um reequacionamento do passado nacional pela óptica da nouvelle histoire (da “arraia-miúda”) e uma capacidade de construção de poderosas alegorias distópicas. Social e ideologicamente, tais razões literárias transformam-se numa espécie de admoestações aos donos do poder acerca da podridão e da instabilidade das relações sociais de produção em que assenta o seu domínio. Tal como acontece com a família dos trabalhadores rurais alentejanos dos Mau-Tempo em *Levantado do Chão*, ou com a mulher do médico em *Ensaio sobre a cegueira* e em *Ensaio sobre a lucidez*, é necessário organizar, resistir e revolucionar rumo a um outro mundo para lá do capitalismo.

João Marques Lopes

Autor de *Biografia José Saramago*, editado pela Guerra e Paz e pela Edições Pluma.

Porque Sócrates não cai?

O governo Sócrates consegue aplicar o seu plano de austeridade e manter-se no poder. Como e porquê?

Mesmo com o apoio que recebe do PSD, dois factos recentes poderiam ter deixado o governo nas cordas: a manifestação convocada pela CGTP com 200 mil pessoas (a CGTP afiançou 300.000, o que duvidamos) a 29 de Maio contra os planos de austeridade e o escândalo envolvendo o governo na tentativa de compra da TVI pela PT com o objectivo de silenciar o jornalismo mais crítico à sua governação. Mas ambos não tiveram o seguimento que poderia ter proporcionado aquele resultado.

CGTP não chamou greve geral

Depois de uma manifestação com a envergadura da do dia 29, a CGTP não passou a organizar uma greve geral, a sequência natural no sentido de radicalizar a mobilização contra o governo. Pelo contrário, em vez de subir o tom da luta social, a CGTP recuou, passando a convocar para 8 de Julho um Dia Nacional de Protesto e Luta, com manifestações e paralisações descentralizadas. Esse dia de protesto acabará por funcionar como um encerrar da luta antes das férias de Verão.

Desta forma, a CGTP proporciona uma trégua ao governo, ao contrário do que está a acontecer em outros países da Europa, como a Grécia, que realizou a sua quinta greve geral este ano em 29 de Junho, a Itália, que também fez a sua a 25 de Junho, ou mesmo a Espanha, com greve geral convocada para 29 de Setembro pelas duas maiores centrais sindicais, CCOO e UGT, após uma forte pressão pela base para que tomassem tal atitude.

Caso PT-TVI

No plano político, o caso PT-TVI, como sequela do Processo Face Oculta, envolveu directamente o governo Sócrates na tentativa de compra da TVI pela PT para impedir a continuidade do jornal editado pela jornalista Manuela Moura Guedes, bastante crítico ao governo. A prova mais evidente desse envolvimento do governo estava nas escutas telefónicas de arguidos do caso Face Oculta, nomeadamente Armando Vara, ex-administrador do BCP, Paulo Penedos, assessor da PT, e Rui Pedro Soares, administrador executivo da PT.

Mas na Comissão de Inquérito formada no Parlamento para investigar o caso PT-TVI, o Bloco de Esquerda, ao lado do PS, recusou-se a consultar a transcrição das escutas enviadas pela Justiça. O relator da Comissão de Inquérito, o nosso camarada João Semedo, chegou a concordar com a proibição do seu presidente, Mota Amaral (PSD), de que houvesse referências às escutas no relatório final da comissão, argumentando que seria um precedente complicado, já que as escutas são “um instrumento de investigação criminal” e que deve haver uma “separação de águas” (TVI/14/5/2010). Manteve essa posição mesmo depois de o Juiz do Processo Face Oculta, António Costa Gomes, ter enviado um despacho à Comissão de Inquérito a defender que o uso das escutas “não afecta o núcleo essencial do direito fundamental à palavra e intimidade da vida privada” e a afirmar que só as escutas permitiriam perceber o que aconteceu no



caso PT/TVI. Apenas os deputados Pacheco Pereira (PSD) e João Oliveira (PCP) consultaram os resumos das escutas telefónicas.

Ao recusar-se a consultar as transcrições das escutas telefónicas, o relatório do deputado João Semedo ficou esvaziado, pois não conseguiu provar a ligação do primeiro-ministro ao caso PT-TVI e sequer chegou à conclusão que este havia mentido. “A CPI não dispôs de condições para identificar a fonte particular que esteve na origem do conhecimento do primeiro-ministro sobre o negócio PT/TVI, nem quando tal ocorreu”, reconheceu o relatório de João Semedo. Desta forma, o PSD conseguiu a justificativa que queria para não apresentar uma Moção de Censura ao governo, apesar de o deputado Pacheco Pereira, com base nas escutas, ter concluído que Sócrates não só mentiu quando disse desconhecer a tentativa da PT em comprar a TVI como interveio directamente nesse negócio. Conclusão: a Comissão de Inquérito apenas continuou a “cozer em lume brando” o primeiro-ministro, mas não a ajudar, de uma vez por todas, a parar os seus ataques a quem trabalha.

Empréstimo à Grécia

A esta conduta, deve-se acrescentar, no caso do Bloco de

Esquerda, dois factos muito graves. Um deles foi o voto favorável do nosso partido, na Assembleia da República, em Maio, ao empréstimo português à Grécia, no plano de “ajuda” arquitectado pelo FMI e pela Comissão Europeia. A execução deste plano está condicionada ao cumprimento de duras medidas de austeridade contra os trabalhadores gregos e não foi criado para ajudar a economia desse país, mas para garantir o pagamento da dívida grega junto aos seus principais credores, a banca alemã e francesa. O Syriza, da Grécia, e o Die Linke, da Alemanha, entre outros partidos anticapitalistas que integram o Partido da Esquerda Europeia (PEE), do qual o BE faz parte, foram, correctamente, contra este empréstimo.

O candidato do BE e do PS

O outro facto refere-se à manutenção do apoio (cada vez mais injustificável) à candidatura de Manuel Alegre, mesmo depois de esta ser oficialmente apoiada pelo PS; mesmo depois de este candidato classificar as medidas tomadas pelo governo no PEC 2 como inevitáveis, a demonstrar o seu total alinhamento político ao governo PS/Sócrates e à sua política de ataque brutal aos trabalhadores e à maioria da população do nosso País.

A conclusão a que devemos chegar é que não adianta apenas denunciar as medidas do governo, mas é preciso agir de forma consequente para que elas sejam derrotadas, e, para isso, é preciso derrotar o governo. Infelizmente, não vai nesse sentido a política adoptada pela esquerda parlamentar, Bloco de Esquerda e PCP, e pela principal central sindical do país, a CGTP. A direita não quer, por enquanto, a queda do governo, pois este aplica a sua política e a poupa de um desgaste maior. À esquerda, sim, deveria interessar afastar este governo e impedir que a classe trabalhadora pague pela crise.

Para isso, é preciso mudar de rumo: é necessária a unidade da esquerda (dos que são atingidos pelas políticas de austeridade) para acordar um programa de emergência contra a crise; para lutar contra o governo de forma unitária e eficaz; e para organizar uma greve geral dos trabalhadores e popular contra as medidas do governo. O dia 29 de Setembro, escolhido para a greve geral espanhola, pode e deve transformar-se num dia de greve geral europeia ou, pelo menos, ibérica, contra os planos de austeridade dos respectivos governos e da Comissão Europeia. É neste sentido que deve caminhar a esquerda. **Cristina Portella**

PT versus Telefónica: de que lado deve estar a esquerda?

De nenhum desses dois lados, mas ao lado do povo brasileiro pela nacionalização da Vivo e pelo direito ao acesso da maioria à telefonia móvel.

Tanto o Bloco de Esquerda quanto o PCP apoiaram o governo português quando este usou a sua *golden share* (acções com poder de veto) para evitar a compra da participação da Portugal Telecom (PT) na Vivo, empresa de telefonia móvel brasileira, pela Telefónica espanhola. Assim como condenaram o Tribunal de Justiça da UE que ilegalizou esta operação.

A Vivo, líder do mercado brasi-

leiro, é uma verdadeira galinha dos ovos de ouro para essas duas empresas ibéricas, que dividem o seu controlo. Em 2009, a Vivo mais que duplicou os lucros anuais, atingindo cerca de 336 milhões de euros, distribuídos na maior parte pelos accionistas.

A mesma sorte não têm os brasileiros, que pagam a segunda tarifa de telefonia móvel mais alta do mundo (US\$ 0,24 o minuto, em média), abaixo apenas da pra-

ticada na África do Sul. Na Índia, falar ao telemóvel custa apenas 1 centimo de dólar por minuto, na China, 3 centimos de dólar, e na Rússia, Egipto e México, 5 centimos. De acordo com um estudo da consultoria europeia Bernstein Research, o alto valor da tarifa não se deve apenas à elevada tributação dos serviços de telefonia móvel efectuada no Brasil, mas à fixação de preços exorbitantes por serviços que os clientes têm

de utilizar, sobretudo as ligações para outras redes fixas ou móveis.

É por isso que, apesar de o Brasil ser um dos cinco países com mais telemóveis no mundo (173,9 milhões em operação, 9 para cada 10 habitantes), tem uma das cinco piores classificações no mundo em tráfego de voz via telemóvel, isto é, muitos têm telemóveis, mas evitam usá-los para não gastar dinheiro.

Portanto, tanto para o povo brasileiro quanto para povo por-

tuguês, a solução deve ser uma só: do lado de cá, a nacionalização da PT, para que os seus lucros possam beneficiar a maioria da população, e não os accionistas como o presidente do BES, Ricardo Salgado; e do lado de lá, a nacionalização da Vivo, para que a telefonia móvel possa ser usufruída pela maioria dos brasileiros, como um serviço público, e não continuar a ser a galinha dos ovos de ouro seja da burguesia portuguesa seja da espanhola.

C.P.

Direcção burocrática enfraquece movimento

No passado dia 18 de Junho, no Teatro Municipal de Almada, realizou-se o XVI Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores.

Nos últimos anos, estes Encontros anuais têm-se transformado num ritual cada vez mais esvaziado de um verdadeiro debate entre membros de CT's, o qual seria necessário para decidir um novo rumo para o movimento e a permitir acções de luta coordenadas, a constituição de mais CT's e uma autonomia das Coordenadoras e CT's face às direcções sindicais.

A presença de cerca de 200 membros de 60 Comissões de Trabalhadores assinala uma menor mobilização em relação a Encontros anteriores, que chegaram a ter mais de 500 participantes. Os dirigentes que coordenam o Encontro, na sua larga maioria membros e dirigentes do PCP, utilizam estes Encontros como simples sessões de propaganda, onde se sucedem um conjunto de intervenções lidas (previamente escritas nos organismos partidários) sem estabelecer qualquer debate/resposta com outras intervenções que coloquem opiniões divergentes. A prática de transformar estes Encontros em autênticas "peças teatrais", que sempre terminam com um desfile para o Governo

Civil ou para um local de encontro com a comunicação social, acaba por ser um elemento desmobilizador de muitos trabalhadores que não integram os aparelhos partidários ou sindicais.

Que resposta ao PEC e ao governo?

A orientação da coordenação do Encontro de CT's era a de fazer simples propaganda da "jornada de luta da CGTP para o dia 8 de Julho", sem avançar com nenhuma indicação concreta sobre essa "jornada de luta" nem com nenhum plano para as CT's mobilizarem os trabalhadores para alguma iniciativa. Para estes dirigentes do PCP, as Comissões de Trabalhadores devem apenas limitar-se a expressar o seu apoio às acções convocadas pelas direcções sindicais da CGTP.

A seguir a uma grande manifestação nacional de protesto, como foi a de 29 de Maio ao reunir mais de 200 mil manifestantes, para continuar a mobilizar na luta, as acções seguintes devem ser apontadas para uma maior. As acções de protesto

convocadas para dia 8 de Julho, de modo descentralizado para diversos locais, dificilmente serão um passo em frente se não se apresentarem como actos de preparação para uma greve geral.

Para responder à crise e aos PEC's, e para que saísse deste XVI Encontro uma linha de acção para levar à base trabalhadora nas empresas e também para colocar ao conjunto do movimento sindical, os membros da Comissão de Trabalhadores do Banco Santander Totta, presentes neste Encontro, foram os únicos a apresentar a proposta da realização de uma Greve Geral em simultâneo com a greve geral anunciada pelas centrais sindicais em Espanha para dia 29 de Setembro, dia de acções de protesto também anunciado pela CES (Confederação Europeia de Sindicatos). Esta proposta, que não foi aceite pela mesa do XVI Encontro, significaria, a concretizar-se, um forte impulso para a derrota dos planos dos governos de Portugal e do Estado Espanhol. **João Pascoal** (Coordenador da CT do Banco Santander Totta)



DE OLHOS BEM ABERTOS ■

Um candidato contra Cavaco ou um candidato contra o governo?

A pergunta que serve de título a esta crónica foi uma afirmação (!) do informante da direcção do Bloco de Esquerda, ao abrir o ponto político na última reunião da Mesa Nacional (3/7). Com efeito, Luís Fazenda "garantiu" duas "coisas" acerca das próximas eleições presidenciais: (1) que "um candidato radical não acumularia forças" e (2) o que o BE quer é "um candidato contra Cavaco Silva e não um candidato contra o governo".

Na verdade, o Bloco, na actual conjuntura, com a linha aprovada de apoiar abertamente o mesmo candidato do governo Sócrates e do partido que o sustenta, o PS, não podia deixar de considerar que a tarefa que se impõe é um candidato que não seja contra o governo, dado que, inegavelmente, Manuel Alegre (o seu candidato e do PS) não é um candidato contra Sócrates, nem contra a política do governo.

Alegre, em artigo próprio (no *Diário de Notícias*) chegou mesmo a afirmar que os actuais PECs, vulgo "medidas de austeridade" são inevitáveis. Ou seja, Alegre para contar com o apoio de Sócrates, tal como já tínhamos antecipado em anteriores crónicas, passou-se de armas e bagagens para o campo governamental. Uma política e posicionamento bem oportunistas dado que, há quatro anos, fez o caminho precisamente inverso, razão pela qual pode obter um milhão de votos que não eram mais do que votos para um candidato que se posicionava contra o governo Sócrates I e o PS da altura, que tinha optado por ter como candidato Mário Soares.

Nessa altura, o BE não seguiu o actual conselho de Fazenda e apresentou um "candidato radical" (Francisco Louçã) para "acumular forças" (senão, para que teria ele se candidatado? Tal como antes já o tinha feito Fernando Rosas).

BE insiste no erro

A direcção do Bloco insiste nesta falsa dicotomia: ou um candidato contra o governo ou um candidato contra Cavaco. Na verdade o que faz falta nas próximas eleições presidenciais é um candidato, em primeiro lugar, contra os violentos planos de austeridade que assolam toda a Europa e que Sócrates igualmente aplica (como bem mandado) em Portugal, portanto, um candidato contra o governo e que, necessariamente, também seria um candidato contra Cavaco. Como todos sabemos este coabita bem quer com Sócrates, quer com as medidas de austeridade, quer com um dos seus apadrinhados, Passos Coelho.

Sócrates ou o que no PS lhe vier a suceder ou Passos Coelho, todos, serão certamente tão bons impulsionadores dos actuais planos de austeridade quanto dos futuros que se preparam. Em lin-

guagem política clara, e reactualizada pela actual (e brutal) crise económica: o que faz falta é um candidato anticapitalista.

Um candidato anticapitalista que se posicionasse de forma evidente como um adversário sério do actual sistema económico. E porquê? Porque é das suas entranhas que a situação se tem vindo a apodrecer, sendo que quem termina sempre por pagar as respectivas facturas destas crises sistémicas são o mundo do trabalho e todos os que vivem das suas pensões, reformas ou salários de miséria (uns) ou a caminho de serem de miséria (outros).

O BE, como diria Zeca Afonso, vai, lamentavelmente, em "sentido contrário": em vez de se afastar do governo e do seu candidato presidencial apoia-o abertamente. Não nos admiremos, portanto, que ambos venham a pagar caro nos futuros

resultados das presidenciais e pouco tempo depois em legislativas antecipadas. Talvez por isso é que, internamente, a direcção do BE venha a destilar uma caracterização política em que pinta o quadro como mais sombrio do que é (não há relação de forças para nenhuma greve geral, nem para nada, é caso para dizer que não houve nenhuma manifestação de 200.000 pessoas ainda há pouco tempo em Lisboa), de modo a esconder a sua falta de vontade em se construir como uma verdadeira alternativa anti-sistémica, preferindo conscientemente deixar-se progressivamente se transformar em (mais) um partido institucional e institucionalizado.

Talvez por isso do relatório da CPI sobre o caso Face Oculta, não se pudesse concluir da culpabilidade de Sócrates, apesar de o seu relator ter sido um destacado deputado do Bloco.



Para compreender a crise actual (IV)

No número anterior dissemos, acerca das causas das crises capitalistas, que elas têm origem numa lei fundamental inerente ao sistema capitalista, explicada pela 1ª vez por Marx – a queda tendencial da taxa de lucro. Neste artigo veremos o que fazem os capitalistas para contrariar essa lei inelutável.

Como classe dominante a burguesia utiliza o seu aparelho de Estado e este legisla no sentido de ir em seu socorro. Fá-lo por exemplo aumentando a jornada de trabalho diária dos trabalhadores para além das 8 horas. É por isso que os códigos e leis de trabalho vão sendo modificados no sentido de aumentar a jornada de trabalho. Em Portugal o último Código do Trabalho aprovado prevê um limite horário semanal de trabalho de... 60 horas!

No artigo anterior demos como exemplo um caso típico em que, numa jornada de 8 horas, o trabalhador produz o suficiente para se manter a si e à sua família num tempo de 4 horas, sendo as restantes 4 sobretrabalho apropriado pelo patrão. Logo, a taxa de mais-

valia (ou grau de exploração) é de 100%. É óbvio que, se a jornada de trabalho aumentar – digamos, para 9 horas – a taxa de mais-valia também aumenta (no caso para 125%).

O quadro abaixo mostra como pode evoluir a taxa de lucro na sua relação com o aumento da jornada de trabalho. Partimos do exemplo dado no artigo anterior (capital constante de 100 mil €, 50 mil € para salários, etc.).

Fica evidente que, se a jornada de trabalho for sendo prolongada, e desde que se mantenha o mesmo tempo necessário para a reprodução da força de trabalho, a mais-valia aumenta e a taxa de lucro tende a manter-se elevada. A este fenómeno chama-se aumento da mais-valia absoluta.

É por isso que os capitalistas se opõem tenazmente a aumentos de salários dos trabalhadores: o crescimento da massa de mais-valia absoluta extraída só ocorre se se mantiver o mesmo valor da reprodução da força de trabalho (nos casos acima descritos, 4 horas da jornada diária).

Mas esta não é a única maneira de contrariar a queda da taxa de lucro e as crises cíclicas do sistema capitalista. Uma outra via, de que falaremos no próximo artigo, é a introdução de inovações tecnológicas, pois estas geram maior produtividade do trabalho e, logo, maior extracção da mais-valia. Trata-se do aumento da mais-valia relativa.

J.A. Dias e A. P. Amaral

Capital constante (máquinas, equipamentos, etc.)	Capital variável (salários)	Jornada de trabalho (à razão de 4h p/ manutenção do trabalhador)	Taxa de mais-valia (relação sobretrabalho/4h manutenção trabalhador)	Lucros (montante sobretrabalho apropriado)	Taxa de lucro (relação sobretrabalho/capital investido)	Observações
100 mil €	50 mil €	8 horas	100% (4/4 x 100)	50 mil €	33,3%	
160 mil €	50 mil €	8 horas	100% (4/4 x 100)	50 mil €	23,8%	→ Queda da taxa de lucro devido ao aumento do capital constante
160 mil €	50 mil €	9 horas	125% (5/4 x 100)	62 500 €	29,8%	→ Recuperação parcial da taxa de lucro devido ao aumento da jornada de trabalho
160 mil €	50 mil €	10 horas	150% (6/4 x 100)	75 000 €	35,7%	→ Ultrapassada taxa de lucro inicial com 2º aumento da jornada de trabalho
200 mil €	50 mil €	11 horas	175% (7/4 x 100)	87 500 €	35%	→ Ligeira queda da taxa de lucro devido ao aumento do capital constante. Não é maior devido a 3º aumento da jornada de trabalho.

BÚSSOLA

Violência policial e racismo em Portugal

No espaço de menos de um mês, ocorreram três episódios de violência contra a população pobre e negra em Portugal. O primeiro, no dia 14 de Junho, envolveu os *rappers* Hezbollah e LBC, espancados pela PSP na Amadora, cidade da periferia de Lisboa. O segundo aconteceu a 29 de Junho, no Bairro do Asilo, um bairro social localizado no Monte da Caparica, em Almada. Uma moradora relatou os acontecimentos a um jornalista do *Público*: “Os miúdos estavam a fazer uma festa de anos em frente ao número sete e de repente eles [os soldados da GNR] chegaram. Começaram aos murros e pontapés e alguém atirou um vaso de uma janela. Eles responderam aos tiros e foram-se embora. Quando voltaram parecia que era um batalhão para a guerra. (...) Atiraram gases e tiros, entraram no prédio, arrombaram portas, arrastaram as pessoas para a rua, até mulheres e crianças, bateram em toda a gente”. O terceiro episódio ocorreu no dia 5 de Julho. Devido à confusão gerada, segundo os jornais, por brigas entre grupos de banhistas na praia do Tamariz, no Estoril, no dia anterior, a PSP encostou uma dezena de jovens negros à parede e ameaçou-os e revistou-os, sempre à frente de uma câmara de televisão. Como comentou o jornalista Cintra Torres, do *Público*: “Impressiona porque, mesmo que na origem dos desacetos [da *véspera*] estivessem negros, não há qualquer razão para a polícia, a mando do governo, fazer um espectáculo televisivo de gritante carácter rácico”.



PSTU lança candidato a presidente no Brasil

São nove os candidatos às eleições presidenciais no Brasil, em Outubro próximo. Os mais cotados para a sucessão de Lula são Dilma Rousseff, do PT, e José Serra, do PSDB (do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso). Entre os dois candidatos não há muitas diferenças. Apesar de ainda posar de esquerda, o PT de Lula há muito abandonou este campo, limitando-se a gerir os negócios do capital e a oferecer algumas migalhas aos mais pobres. Pobres que são muitos: recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calculou que 35% das famílias brasileiras passam fome. A proposta de Dilma para combater esta situação limita-se à continuidade da política de Bolsa Família iniciada por Lula. À esquerda, a opção é o candidato do PSTU, José Maria, que apresenta um programa de ruptura com o capitalismo: reforma agrária, nacionalização do sistema financeiro e não pagamento da dívida externa, entre outras medidas.

Teste de inteligência para imigrantes

A xenofobia é grotesca. Comprovam-no medidas debatidas por governos europeus para limitar a presença de imigrantes. Na Alemanha, um burocrata do partido da chanceler Angela Merkel sugeriu a aplicação de testes de inteligência aos candidatos a viver e trabalhar no país. Essa medida pode não passar, mas já está em vigor um teste de naturalização, com 33 questões de múltipla escolha. Só passa quem acertar 17 questões. Na França, onde os sem-papéis continuam a mobilizar-se contra as leis que dificultam o reagrupamento familiar, o governo quer impor uma espécie de “contrato para ser francês”, a ser assinado pelo imigrante numa sessão solene. Mas a Itália de Berlusconi é insuperável: está em gestão um sistema de pontos para a autorização de residência, proposto pela ultra-direitista Liga Norte, que inclui trabalho voluntário (leia-se gratuito) e expulsão caso os candidato perca toda a pontuação.

Luta de classes (e interburguesa) no Campeonato do Mundo de Futebol

Para o governo de Sarkozy trata-se de um “negócio de estado”, enquanto para um comentador da conservadora Fox News americana, um “desporto de pobres”.



O Mundial na África do Sul começou marcado pela luta dos *stewards*, os seguranças dos estádios. Ao receberem apenas um décimo do ordenado por turno que lhes fora prometido, e com o mundo inteiro a ver, esses trabalhadores ocuparam o perímetro de vários estádios do Mundial. A radicalização da

luta foi de tal ordem que deu origem a vários confrontos com a polícia, com feridos. A segurança passou a ficar a cargo da polícia.

As autoridades locais mostraram-se preocupadas, tentaram apagar rapidamente o fogo para proteger a sua imagem e minimizar o que se passava. A

imprensa, conivente, começou a esquecer-se das greves e das manifestações e o assunto parece ter-se desvanecido no ar.

Mas já antes do Campeonato do Mundo a injustiça era demasiado evidente. Num país com desemprego e pobreza em números brutais, era de um mau gosto evidente construir estádios de futebol modernos. Os trabalhadores não gostaram. Também não gostaram os que foram proibidos de vender comida ou outros artigos perto dos mesmos estádios porque não pertenciam a nenhuma multinacional. O descontentamento foi sempre bem expresso por todos os sul-africanos e podia e devia ter sido mais capitalizado.

Um negócio de estado?

Mas o Mundial de futebol traz-nos sempre muita e muita política. Passada e futura. No jogo Inglaterra-Alemanha, os adeptos ingleses brindaram os alemães com cânticos como “Two World Wars and one World Cup!”.

Da política presente desta-

cou-se o boato de deserção de quatro dos 23 jogadores da Coreia do Norte. E, boato ou não, no dia seguinte à notícia treinaram...vinte e quatro jogadores pela Coreia de Kim Jong II.

Mas a real dimensão política do futebol surge com o exemplo francês. Envolve em polémicas entre jogadores e treinador, com os primeiros a recusarem-se inclusive a treinar, a equipa francesa foi para casa com apenas um empate e duas derrotas. A ministra do Desporto francês apareceu imediatamente em público a anunciar não uma derrota desportiva, mas “uma derrota moral”. O escândalo tomou proporções inacreditáveis, com o capitão de equipa, Thierry Henry, a ter que regressar mais cedo para uma audição com Sarkozy.

Para falar com o jogador, o primeiro-ministro francês pôs de lado uma reunião já agendada com ONGs. “Un affair d’etat” escrevia o L’Equipe. A FIFA, uma máfia que protege o seu ninho com uma tenacidade inacreditável, avisou imediatamente o governo francês (!) que

não se devia imiscuir nos assuntos futebolísticos. Ou seja, burgueses a lutar entre si, protegendo os seus interesses, protegendo os seus lucros. Lucros esses que vêm dos *stewards*, dos trabalhadores das multinacionais que patrocinam a competição e que são todos os dias explorados.

Pobres e hispânicos

O futebol foi criado pela classe operária e sempre a ela pertencerá. Esta consciência de classe foi sublinhada, imagine-se, pela direita conservadora americana, que o caracterizou, em pleno Mundial de 2010, na Fox News, pelas palavras de Glenn Beck, famoso comentador conservador do mesmo canal, como um desporto de “pobres” e “hispânicos”. Esperemos que o futebol possa sempre ser um veículo das lutas de quem trabalha. Seja pela verdadeira independência dos seus países, seja pela luta contra multinacionais exploradoras, pelo direito ao salário digno. Até ao golo final.

Manuel Neves

Marcha LGBT reúne milhares em Lisboa

Depois da vitória que foi a conquista do casamento entre pessoas do mesmo sexo, movimento LGBT português avança nas exigências, como a possibilidade de adopção.

No passado dia 19 de Junho, realizou-se, em Lisboa, a maior marcha LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) alguma vez realizada em Portugal. Entre 2 mil a 4 mil pessoas marcharam para celebrar as conquistas do último ano, mas, principalmente, para reivindicar tudo aquilo que falta. Para o dia 10 de Julho está agendada a marcha do Porto.

Governo tenta manipular

Mesmo antes de iniciar os ataques à classe trabalhadora com os PEC’s, o governo PS/Sócrates legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas impossibilitando a adopção, e, mais tarde, aprovou uma proposta do Bloco de Esquerda que permite aos homens bissexuais e homossexuais doarem sangue. Assim, o PS dá um rosto de esquerda para governar à direita.

Para além disso, o governo tenta controlar e travar o movimento LGBT, principalmente

através da Juventude Socialista, e neutralizar o descontentamento deste sector, que em tempos de crise tenta transformar numa muleta para disfarçar a sua impopularidade. Assim, apesar de termos este último ano como uma vitória, não achamos que é tempo de celebrar.

Avanço nas exigências

Felizmente, a maioria das organizações presentes na marcha de Lisboa avança nas exigências: possibilidade de adoptar, procriação medicamente assistida para todas as mulheres lésbicas ou heterossexuais, todas as questões referentes à parentalidade ainda vedadas a quem se casa com alguém do mesmo sexo ou a criação de uma lei de identidade de género.

Uma das organizações que se destacou foi o grupo de trabalho do SUP (Sindicato Unificado da Polícia) – Identidade XY – que combate os problemas que todos os da PSP que não são heterossexuais têm que enfrentar diaria-

mente, tudo no âmbito do sindicato. Isto deve servir de exemplo para todos os sindicatos se juntarem a esta luta que é de todos os trabalhadores.

Mercado cor-de-rosa

Apesar de terem aumentado substancialmente, as marchas portuguesas estão muito longe das marchas de Madrid, Nova Iorque ou Rio de Janeiro, algumas delas com milhões de participantes. Estas, porém, estão subjugadas ao mercado capitalista e esvaziadas de conteúdo político, sendo o objectivo dos seus organizadores o lucro das empresas e multinacionais envolvidas. O PSTU, secção brasileira da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), foi expulso pela polícia da marcha do Rio em 2007, por estar a denunciar esta situação.

Mais ainda, estas empresas aproveitam e promovem a estereotipagem das pessoas LGBT (fúteis, vazias e consumistas) para lucrar no chamado “mercado



cor-de-rosa”, novo nicho de mercado do capitalismo que já faz milhões, desde bares e discotecas à moda e consumo, deixando apenas as classes mais ricas acederem à verdadeira saída do armário e à vivência da sua sexualidade plena. Nada melhor para as empresas que intervêm no “mercado cor-de-rosa” que as marchas para se publicitarem.

Independência e liberdade

Não tendo as marchas de Lisboa e Porto sido ainda contaminadas pelo mercado, devemos todos combater a entrada de empresas ou organizações com fins lucrativos nas marchas, mantendo-as

independentes e livres para serem reivindicativas e combativas na luta pelos direitos LGBT, com uma perspectiva de classe, pois não se pode afirmar que um gay rico é oprimido com a mesma intensidade que um gay pobre.

Todos os trabalhadores devem apoiar e participar nas marchas de Lisboa e Porto para combater a discriminação que divide e enfraquece a classe trabalhadora frente à burguesia, que facilita os despedimentos, precariza e isola os LGBT, porque a classe trabalhadora é uma só e só se emancipará realmente quando nenhum trabalhador for oprimido ou explorado. **Eduardo Veloso**

União Europeia apresenta a factura da crise...



...e os trabalhadores lutam para não a pagarem

Um pouco por toda a Europa, verifica-se um crescendo das lutas dos trabalhadores, agora ameaçados de serem agravada a sua exploração graças aos famigerados planos de austeridade. Apesar do ascenso do movimento ser generalizado, acontece de forma mais expressiva nos países em vias de sofrerem as maiores dificuldades com os ditos planos.

Em Portugal, a maior expressão da rejeição a estas políticas foi a grandiosa manifestação de 29 de Maio em Lisboa, onde terão estado presentes cerca de 200 mil pessoas. Para além disso muitos outros sectores mostram mais disposição para lutar, como por exemplo no caso dos enfermeiros, com duas greves com dura-

ção de vários dias, as greves nos transportes de Lisboa e de Braga ou ainda os protestos contra a introdução de portagens nas SCUT's.

Em Espanha, no dia 29 de Junho, houve uma série de greves e mobilizações de rua por todo o estado, com uma paralisação massiva dos transportes em Madrid, sendo que no caso do País Basco foi mesmo convocada uma greve geral.

A 25 de Junho, por toda a Itália, paralisou-se a actividade laboral por um período de 4 horas e muitos saíram às ruas nas suas cidades, totalizando quase 1 milhão de manifestantes. Para o dia 29 de Setembro, foi anunciada pela UGT e

CCOO (Comissões Operárias) uma greve geral no Estado Espanhol.

Mas é na Grécia, que os trabalhadores, os estudantes e os pensionistas combatem com mais firmeza a guerra social decretada pela burguesia europeia contra os trabalhadores. No dia 29 de Junho, pela sexta vez este ano, os trabalhadores do sector público e privado cruzaram os braços, sendo que muitos saíram às ruas manifestando-se e em alguns casos bloqueando portos. Os trabalhadores gregos mostram aos seus companheiros de classe europeus como resistir ao corte de salários e direitos e à miséria que o capitalismo made in UE lhes quer impor. **A.T.**

Governos cortam salários e direitos dos trabalhadores para garantir o capital.

Desde meados de 2008 que a Europa sofre os efeitos da actual crise económica mundial, a maior dos últimos 80 anos. Em 2009, ano em que a economia da Zona Euro contraía em 4%, os bancos, tal como nos Estados Unidos, afundavam-se em dívidas e ameaças de falência, problemas estes desencadeados pela crise do sub-prime (crise do crédito à habitação nos Estados Unidos) e potenciados pelo carácter especulativo e fictício de grande parte do capital que esses bancos manipulam.

Sob a supervisão e a bênção da Comissão Europeia, mas cada um à sua maneira, os governos tratam de acudir com megapacotes de ajuda financeira (entenda-se dinheiro dos cofres públicos) para salvar a banca e, em alguns casos, outros sectores da economia. Para refrescar a memória, em Portugal, o governo Sócrates despendeu 4 mil milhões para resgatar o BPN e disponibilizou outros 20 mil milhões para serem usados como garantia de empréstimos contraídos pelos bancos.

Claro está que isto gerou um grande endividamento nas contas dos estados, endividamento que é agravado pela diminuição das receitas dos impostos que acontece com as economias em queda, e também por estes estados já não deterem ex-empresas públicas que foram desbaratadas em processos de privatização. Eis, em linhas gerais, as causas principais para a fase da crise que se vive agora – a crise da dívida pública.

A crise das dívidas

O agravamento do desequilíbrio das contas públicas atinge recordes por toda a Europa, tanto em países centrais como periféricos, com expressão na dívida pública (quantidade de dinheiro que o estado deve face ao PIB, que por sua vez é o total da riqueza produzida num dado país) como nos défices orçamentais (diferença entre o dinheiro arrecadado pelos impostos e o dinheiro gasto pelo estado). Os casos mais críticos são a Grécia com um défice de 12.7%, a Irlanda com 12.5%, o Reino Unido com 12.1%, Espanha com 11.2% e Portugal com 9.3%.

A factura, bem pesada, é agora apresentada pelos governos de turno aos trabalhadores dos seus países sob a forma de duros planos de austeridade. Os planos, com as suas versões pontuais consistem no mesmo: congelamento ou mesmo corte dos salários, ataque aos direitos laborais e políticas sociais, aumento de

impostos, etc. Em suma, destruir o que resta do modelo do estado social europeu e empobrecer quem vive do seu trabalho assalariado para tapar o buraco de uma crise que não é sua.

PECs generalizados

Em Portugal, é lançado inicialmente pelo governo (sempre com o aval do PSD), o orçamento de estado e o primeiro PEC, que incluem congelamento de salários na função pública, restrição de subsídios sociais, aumento da idade da reforma e um plano de privatizações. No contexto de alguma pressão por parte das instituições da União Europeia (UE), que faz questão de dizer que os cortes não são suficientes, passa-se ao PEC 2 com aumento do IRS, com algum efeito retroactivo, e do IVA.

Em Espanha, o governo Zapatero lança o seu “plano de ajuste”, com um congelamento e redução de salários, ataques às pensões dos funcionários públicos e um pacote laboral que constitui um retrocesso de décadas, incluindo, por exemplo, uma medida que permite a uma empresa “com uma situação económica negativa” despedir um trabalhador dando-lhe 20 dias de salário por cada ano de trabalho!

Mesmo nos países centrais da UE, os respectivos governos também procedem com os seus ataques aos trabalhadores, como no Reino Unido o governo conservador-liberal de James Cameron, a ameaçar com um aumento brutal de impostos, ou na Alemanha, onde se vai cortar nos apoios do estado às famílias.

O massacre grego

Mas é na Grécia que se está a produzir o maior massacre social. Os cortes incluem diminuição de 5% a 20% dos salários dos funcionários públicos, de 10% no valor das reformas, aumento da idade da reforma, subida do IVA em 4%, fim do 14º e talvez ainda do 13º mês, enquanto se promete aos empresários reduções de impostos.

Este pacote brutal faz parte da lista de condições necessárias para receber um empréstimo de 110 mil milhões de euros da UE e do FMI, e também como ultimato para não ser expulsa da moeda única. De referir ainda que este empréstimo de “ajuda” tem na realidade, como objetivo, que a Grécia pague a tempo e horas a quem deve, nomeadamente a bancos franceses e alemães, credores de 40% da dívida pública grega. **André Traça**

Apelo à unidade da luta é aprovado na Grécia

Milhares de trabalhadores gregos, reunidos numa manifestação em Atenas, convocada pela Frente Militante de todos os Trabalhadores – PAME, durante a greve geral de 29 de Junho, aprovaram um apelo dirigido à classe trabalhadora, sindicatos militantes e sindicalistas combativos da Europa. Nesse apelo, eles manifestam-se solidários com a luta de todos os trabalhadores europeus contra os planos de austeridade aplicados pelos respectivos governos e apontam para a necessidade da coordenação dos esforços para que esta luta se torne mais forte.

“Nós, os milhares e milhares de

manifestantes atenienses, declaramos uma vez mais que estamos totalmente contra as bárbaras medidas antilaborais que o governo social-democrata está a tomar. Essas medidas estão a aniquilar os nossos direitos e conquistas de muitos anos e a favorecer o grande capital monopolista”, afirmaram os trabalhadores em seu apelo.

“Os governos” – continua o apelo – sejam neoliberais ou social-democratas, estão implementando cruelmente as mesmas medidas. Estão a representar os mesmos interesses. (...) Está comprovado que a União Europeia é uma União de

Capitalistas. Uma União que, juntando o FMI, os EE.UU. e os governos, constitui uma coligação para o saque dos povos, a favor do capital.”

A seguir, denunciam a Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) pelo seu apoio às estratégias da UE e apelam à unidade: “Face a esta situação, a necessidade de hoje coordenarmos, a nível europeu, todos os sindicatos militantes e todos os trabalhadores europeus é uma prioridade fundamental. comuns. (...) Trabalhadores da Europa, não podemos esperar mais! Temos de coordenar os nossos esforços!”